

Roberto Campos: mais atual que nunca

Gazeta Mercantil

Marcos Cintra – 14/05/2008

Em artigo publicado na revista Veja de 23/6/99, o imorredouro Roberto Campos expôs aspectos fundamentais de uma reforma tributária no Brasil. Ele diz: “Qualquer reforma eficaz terá que levar em conta três realidades: 1) a contratação de mão-de-obra é excessivamente tributada, com resultante informalização ou desemprego; 2) os impostos “declaratórios” – IR, ICMS, IPI, ISS etc – envolvem três burocracias, a da obediência, a do Fisco e, freqüentemente, a do contencioso; 3) a cultura brasileira é de rebelião fiscal, em virtude da magra contrapartida de serviços do governo, da complexidade do sistema e da corrupção de fiscais. Isso torna pouco produtivos os impostos que dependem de “declaração” dos contribuintes”.

Nove anos após, o País pouco avançou, e as recomendações continuam tão válidas quanto antes.

O trabalho continua supertributado (tanto empregados quanto empregadores), os impostos declaratórios seguem impondo custos elevados à sociedade e a “rebelião fiscal” é um fato em expansão. Sob a ótica sugerida por Campos, a análise do projeto de reforma tributária do governo não avança.

A PEC 233/08 simplifica ao unificar a legislação do ICMS e ao juntar num IVA federal a Cide, o PIS, a Cofins e o salário-educação. Porém, o projeto é tímido quanto à urgente necessidade de desonerar o trabalho, e ignora a recomendação de Roberto Campos de unificar tributos sobre uma base não-declaratória.

Como alternativa há no Congresso a PEC 242/08, apresentada pelo Partido da República (PR), batizada de Imposto Mínimo. Ela poderia ser um complemento à PEC 233/08 do governo, mantendo seus pontos positivos, e adicionando-lhe componentes econômicos e políticos que facilitariam sua aprovação.

A PEC do Imposto Mínimo desonera o trabalho, reduz custos com a burocracia e combate a sonegação. Isto porque o projeto extingue os principais tributos sobre os rendimentos do trabalho e em seu lugar utiliza uma base de incidência ampla e cuja cobrança é automática.

A PEC do Imposto Mínimo propõe a substituição dos 20% patronais ao INSS por uma contribuição de 0,5% sobre os débitos bancários. A medida reduziria em mais da metade a cunha fiscal sobre salários, estimulando a formalização de postos de trabalho e a criação de novos empregos. Seria a alternativa que atenderia o objetivo exposto pelo ministro Mangabeira Unger que, ao afirmar que o governo pretende resgatar trabalhadores da informalidade desonerando a folha de salários, lembrou que caso seja utilizada uma base declaratória, como o faturamento ou o valor agregado, o modelo se tornaria “susceptível de evasão”.

Para o desonerar o trabalhador o projeto prevê a substituição do IRPF até um limite que pode chegar a R\$ 25 mil mensais por um imposto de até 0,5% sobre os créditos bancários. Isto teria um impacto significativo na renda disponível dos assalariados. Pelo projeto, os atuais isentos do IRPF não pagariam o novo tributo.

A substituição do INSS patronal e do IRPF pessoa física por um tributo não-declaratório, cobrado automaticamente sobre os lançamentos bancários, representa um passo importante para aliviar a burocracia da “obediência, do Fisco e do contencioso”. Vale lembrar que o custo burocrático dos impostos brasileiros foi objeto de duas teses de pós-graduação na FEA/USP, e a estimativa é que ele equivale a 5,8% do PIB para empresas com faturamento de R\$ 100 milhões ao ano. Com base no PIB de 2007, isso representa cerca de R\$ 150 bilhões um desperdício que poderia ser canalizado para a produção.

Para o Fisco a possibilidade de redução dos custos tributários ficou comprovada com a experiência da CPMF. A Secretaria da Receita Federal atestou no estudo “CPMF – mitos e verdades sob as óticas econômica e administrativa” que a CPMF “é um tributo com excelente custo-benefício, pois sua arrecadação ocorre sem,

praticamente, nenhum custo operacional para a administração tributária e para o contribuinte”.

Quanto à burocracia envolvendo o contencioso, cumpre lembrar a apresentação de primoroso levantamento do tributarista Eurico de Santi, da FGV, onde fica demonstrado que os litígios envolvendo impostos declaratórios como a Cofins e o PIS no Superior Tribunal de Justiça (STJ) somaram 2.384 acórdãos. Por outro lado, a CPMF, um tributo não-declaratório, registrou apenas 84 acórdãos em 15 anos de vigência.

A substituição de tributos declaratórios e complexos por um sistema cuja cobrança seja automática e simples, como proposto na PEC do Imposto Mínimo, é um antídoto contra a “rebelião fiscal” e permitiria resgatar os 40% informais e subterrâneos do PIB que se escondem nas vendas sem-nota, na omissão de receitas, no contrabando, na corrupção, etc.

Os argumentos de Roberto Campos continuam pertinentes e deveriam servir à reflexão de parlamentares, empresários, trabalhadores e acadêmicos que desejam melhorar nosso deplorável sistema tributário.

Marcos Cintra é professor-titular e vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Próximo artigo do autor em 19 de junho.